

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 1.776 /97

**Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Trabalho.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ  
delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

**CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO**

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Trabalho, órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, com a finalidade básica de consubstanciar a participação da sociedade organizada na administração de um Sistema Público de Emprego, em consonância às normas legais pertinentes e às diretrizes previamente traçadas pela Comissão Estadual de Emprego, com vistas a habilitar o Município ao recebimento de verbas do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Art. 2º - Ao Conselho Municipal do Trabalho, compete de modo específico:

I - Aprovar seu Regimento Interno, observados para tal fim os critérios da Resolução nº 80, de 19.04.95, e nº 114, de 01.08.96, do CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que será publicado em jornal de circulação no Município.

II - Apresentar planos, programas e projetos nas áreas de geração de emprego e renda e da formação profissional, que possam ser incluídos no Plano Anual de Trabalho do Estado, junto ao Ministério do Trabalho/CODEFAT, após aprovação da Comissão Estadual de Emprego.

III - Analisar as tendências do sistema produtivo, no âmbito do Município, e seus reflexos na criação de postos de trabalho e perfil de demanda de trabalhadores.

IV - Sugerir medidas alternativas, econômicas e sociais, geradoras de oportunidade de trabalho e renda, que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho.

V - Participar da elaboração e aprovar o Plano de Trabalho para as políticas de fomento e geração de oportunidades de emprego e renda no Município, de acordo com os critérios definidos pelo CODEFAT/COMISSÃO ESTADUAL DE EMPREGO, objetivando a execução de ações integradas de alocação e realocação de mão-de-obra, qualificação e reciclagem profissional, geração de informações sobre o mercado de trabalho e programas de apoio à geração de emprego e renda, encaminhando-o para apreciação da Comissão Estadual de Emprego, visando a integrá-lo ao Plano Estadual.

VI - Promover a articulação com instituições e organizações públicas ou privadas, envolvidas com programas de geração de empregos e renda, com vistas à integração de ações.

VII - Promover a articulação com entidades de formação profissional, escolas públicas, universidades, entidades representativas de empregados e empregadores e organizações não governamentais, na busca de parcerias para ações de capacitação, reciclagem profissional e assistência técnica aos beneficiários de financiamento.

VIII - Propiciar e incentivar a modernização das relações de trabalho, nas questões de segurança e saúde no trabalho.

IX - Opinar sobre assuntos não especificamente indicados e que forem submetidos ao Conselho pelo Poder Público Municipal.

Art. 3º - O Conselho Municipal do Trabalho, cujos membros são designados pelo Chefe do Poder Executivo, após a indicação feita por seus órgãos representativos, terá composição tripartite e paritária, sendo integrado por representantes do Poder Público, dos Empregadores e dos Trabalhadores.

Art. 4º - O Conselho Municipal do Trabalho será constituído por:

I - Quatro representantes do Poder Público, que serão indicados por cada um dos seguintes órgãos:

- a) Fundação de Ação Social de Macaé - MACAÉ FAS
- b) Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca .
- c) Câmara Municipal de Macaé.

II - Quatro representantes dos Trabalhadores, que serão indicados por Sindicatos de Empregados.

III - Quatro representantes dos Empregadores, que serão indicados por entidades patronais.

§ 1º - A cada membro efetivo corresponderá um suplente, que pode ser de entidade ou órgão diferente do que pertence o titular, desde que do mesmo segmento.

§ 2º - O mandato de cada representante será de 3 (três) anos, permitida uma recondução.

§ 3º - Indicados e empossados os membros do Conselho, estes terão o prazo de até 30 (trinta) dias para eleição de seu Presidente e escolha da data de sessão que examinará o Regimento Interno.

Art. 5º - A Presidência do Conselho será exercida em sistema de rodízio entre as bancadas representativas do Poder Público, dos Empregadores e dos Trabalhadores, tendo o mandato do Presidente a duração de 12 (doze) meses, vedada a recondução para o período consecutivo.

Art. 6º - Os Conselheiros não serão remunerados pelas atividades desenvolvidas no Conselho, que serão consideradas de relevante serviço prestado ao Município.

Art. 7º - As decisões normativas do Conselho serão consubstanciadas em Deliberações, homologadas pelo Presidente, sendo expedidas em ordem numérica e publicadas na imprensa local.

Art. 8º - A Fundação de Ação Social de Macaé - MACAÉ FAS, prestará o apoio técnico e administrativo, bem como arcará com as despesas necessárias às atividades do Conselho e indicará o seu secretário executivo. *modificado - Lei 2.900/07*

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Agosto de 1997.

*Sylvio Lopes Teixeira*  
SYLVIO LOPES TEIXEIRA  
PREFEITO

|             |                         |
|-------------|-------------------------|
| Registro de | Ar                      |
| Publicação  | <i>6 de Agosto</i>      |
| Edição de   | <i>3125 de 23/08/97</i> |
| Servidor    | <i>In Mariana</i>       |